

CAPITALISMO TARDIO

JOÃO MANOEL CARDOSO DE MELLO

Editora Brasiliense, 1982, São Paulo

O Capitalismo Tardio é um ensaio sobre a emergência do modo especificamente capitalista de produção no Brasil. É uma análise do capitalismo brasileiro e da sua especificidade. É uma crítica do pensamento da CEPAL a partir de alguém que foi por ela formado. É um livro marcante na bibliografia sobre a economia brasileira pelo seu caráter crítico e global. Pelo conhecimento que revela da extensa bibliografia sobre o assunto e pela capacidade de manejar o instrumental econômico para tentar uma reinterpretação da economia brasileira.

Por essas razões e provavelmente porque veio atender a uma necessidade do mundo intelectual brasileiro, esta tese marcou época. Para alguns significa a base do "pensamento de Campinas", na medida em que seu autor foi um dos fundadores do Departamento de Economia da Universidade de Campinas, e uma alternativa ao pensamento da CEPAL.

Na verdade, este livro retrata a crise das esquerdas nos dez anos aproximadamente que se seguem ao golpe de Estado de 1964.

Diante da grande derrota das esquerdas então ocorrida, era preciso reinterpretar o Brasil. Era preciso criticar o Partido Comunista, o ISEB e a CEPAL, que até então haviam estabelecido as bases para o pensamento da esquerda no Brasil. Era preciso criticar o pacto populista, através do qual as esquerdas se aliaram a uma hipotética "burguesia nacional", para lutar contra o imperialismo e realizar a industrialização do Brasil.

Diante dessa problemática havia duas alternativas. Uma era a de criticar o pensamento anterior sem negá-lo, mas procurando compreender os fatos históricos novos que, durante os anos cinquenta, mudaram o padrão de acumulação brasileiro e inviabilizaram o pacto populista. Especialmente era preciso entender de um lado o novo papel industrializante das empresas multinacionais e do Estado, consolidando o caráter industrial (ao invés de agrário) do Brasil, e de outro assinalar o acirramento da luta de classes que ganha maior impulso com a revolução de Cuba em 1959. Esses fatores consolidaram a burguesia industrial no Brasil, terminaram com o conflito entre a burguesia industrial e a agrário-mercantil exportadora, e estabeleceram as bases para o novo pacto político autoritário de 1964.

A outra alternativa, à qual grande parte da intelectualidade brasileira se filiou, era, ao invés de se concentrar nos fatos novos, criticar radicalmente as premissas de análise cepalina e isebiana, era negar importância à revolução de 1930, era negar que tivesse existido qualquer conflito de interesses entre a burguesia industrial e a burguesia mercantil cafeeira, era afirmar a origem inclusive social dos empresários industriais no café, era jogar o início do capitalismo industrial no Brasil para antes de 1930.

Em última análise, é essa a tentativa de João Manoel Cardoso de Mello em *O Capitalismo Tardio*. Sua revisão restringe-se apenas ao econômico. A revisão política e global já havia sido feita anteriormente por Caio Prado Jr. (*A Revolução Brasileira*), a revisão histórica do período colonial coubera a Fernando Novaes, e a da Revolução de 1930 a

Boris Fausto, a revisão sociológica da marginalidade foi feita por Lúcio Kowarick, e a revisão econômica do dualismo foi tentada por Francisco de Oliveira.

Embora já apareça na conclusão, a proposta fundamental de *O Capitalismo Tardio* é a de uma nova periodização para a economia brasileira, diversa da aceita pela CEPAL. Esta, entendida de forma ampla, dividia a história do Brasil em um período colonial, um período primário-exportador, entre 1808 e 1930, e um período de industrialização substitutiva de importações em duas etapas: a primeira, baseada na indústria leve, até os anos 50, e a segunda, baseada na indústria de bens de consumo durável e de bens de capital (que eu chamaria de "modelo de subdesenvolvimento industrializado") a partir de 1955. Nessa classificação, a formação social brasileira deixa de ser predominantemente mercantil (e para alguns "semifeudal") a partir de 1930. Seria ali a grande ruptura através da qual o capitalismo industrial se tornaria dominante e teríamos no Brasil o modo especificamente capitalista de produção, com a submissão não apenas formal mas também real do trabalho ao capital.

João Manoel discorda desta interpretação, decide colocar em segundo plano 1930 e privilegiar 1888, ou seja, o fim da escravidão. O modo capitalista de produção seria dominante no Brasil, ainda que formalmente, a partir de então. E a industrialização retardatária brasileira tem então início. 1930 é ainda significativo, mas muito menos importante do que 1888. A indústria tornava-se assim mera continuidade do café, de forma que "a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial". (p. 100)

E a periodização completa proposta por João Manoel fica, então, a seguinte: até 1808, "economia colonial"; de 1808 a 1888, "economia mercantil-escravista nacional"; de 1888 em diante, "economia exportadora capitalista-retardatária", subdividida em três fases: de 1888 a 1933, "nascimento e consolidação da grande indústria", de 1933 a 1955, "industrialização restringida", e de 1955 em diante, "industrialização gerada". (p. 176)

Essa exagerada importância dada à abolição da escravatura reflete um momento do pensamento brasileiro, quando era preciso reduzir a importância do conflito entre o capital industrial e o capital cafeeiro de origem mercantil. O capital industrial aparecera no Brasil desde meados do século passado, mas só alcança algum significado político e econômico a partir de 1930, ou seja, a partir da crise do capital cafeeiro, que João Manoel muito corretamente identifica com o capital mercantil. Empurrando historicamente para trás "o nascimento e consolidação da grande indústria", ou seja, do modo especificamente capitalista de produção, aquele conflito, que foi fundamental na história da industrialização brasileira até os anos cinquenta deste século, perde base nas relações de produção e pode ser assim negado.

Em um outro trabalho ("Seis Interpretações sobre o Brasil", em *Dados*, vol. 25 n.º 3, julho-setembro 1982) classifiquei este livro na "interpretação funcional-capitalista", ao lado de Caio Prado Jr., Fernando Novaes e Francisco de Oliveira. Denominei funcional-capitalista essa interpretação porque, quando admite formações pré-capitalistas ou capitalistas mercantis na sociedade brasileira, considera-as como perfeitamente funcionais para o capital industrial. Outra característica dessa interpretação, da mesma forma que a "interpretação da superexploração capitalista" e ao contrário da "interpretação da nova dependência", é reduzir a importância da Revolução de 1930.

Estes comentários revelam minha discordância em relação à interpretação sobre o surgimento do capitalismo no Brasil, de João Manoel Cardoso de Mello, mas não preterdem em absoluto negar a grande importância deste livro. Uma obra crítica, abrangente, de alguém que estudou e pensou profundamente a dinâmica do capitalismo brasileiro: uma obra indispensável para qualquer estudioso de economia e da sociedade brasileira.

Luiz Carlos Bresser Pereira